

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DIREITO AMBIENTAL URBANO BRASILEIRO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

Daniel Lothario Koch¹.

¹Universidade de Caxias do Sul (UCS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

ÁREA TEMÁTICA: Sustentabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social.

RESUMO: O presente capítulo tem como objetivo apresentar a avaliação como o município de Caxias do Sul situado na serra do Rio Grande do Sul, está se adequando a Lei n. 12.305 de 02/08/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Assim, examinar como a legislação brasileira protege o meio ambiente no que tange à poluição por resíduos sólidos, e se cumpre com os direitos positivados na Constituição e nas leis promulgadas. Com efeito, diante da norma é importante verificar se o poder público municipal tem instrumentos normativos, administrativos e políticos para cumprimento desta legislação, já que a referida Política institui a erradicação dos lixões e o cumprimento de metas pelos municípios através de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos e impõe responsabilidade aos geradores. Assim, este capítulo deriva de forma sucinta do Trabalho de Conclusão de Curso de 2014, apresenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos e analisa-se a referida Lei como instrumento de operacionalização de política pública, bem como sua relação com outras políticas como é o caso do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no município.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduos Sólidos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Direito Ambiental Urbano.

THE NATIONAL SOLID WASTE POLICY IN BRAZILIAN URBAN ENVIRONMENTAL LAW: CAXIAS DO SUL CITY.

ABSTRACT: This chapter aims to evaluate how Caxias do Sul city, located in the mountains in Rio Grande do Sul, is adapting to Law No. 12,305 of 08/02/2010, which established the National Solid Waste Policy. Thus, it examines how Brazilian legislation protects the environment regarding solid waste pollution, and whether it fulfills the rights enshrined in the Constitution and promulgated laws. Indeed, in light of the recent regulation, it is important to verify whether the municipal public authorities possess the normative, administrative, and political instruments to comply with this legislation. This is because the aforementioned

Policy institutes the eradication of open dumps and the fulfillment of targets by municipalities through Municipal Integrated Waste Management Plans, while imposing responsibility on generators. Consequently, this chapter stems from a 2014 Course Conclusion Paper; it presents the National Solid Waste Policy and analyzes said Law as an instrument for operationalizing public policy, as well as its relationship with other policies, such as the Municipal Integrated Solid Waste Management Plan.

KEYWORDS: Solid Waste. National Solid Waste Policy. Urban Environmental Law.

INTRODUÇÃO

Na primeira década deste século o estabelecimento de uma Política para orientar o gerenciamento da produção de resíduos sólidos no país, no que tange a poluição do solo, se tornou imprescindível. Sensível a isto, bem como a mobilização social, o legislador instituiu uma política com a aprovação da Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, a referida Lei é uma oportunidade aos operadores do direito, num primeiro momento, para analisar suas consequências e adequações nos municípios. Além disso, conveniente para verificar se o poder público tem instrumentos normativos, administrativos e políticos para cumprimento desta legislação, que teve o prazo final para agosto de 2014, por exemplo, para erradicação dos lixões.

Como resultados de 2014, o estudo de cunho jurídico e relevância multidisciplinar, contribuirá com futuras pesquisas científicas para a academia e gestão governamental em geral, sob os efeitos políticos decorrentes da Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por derradeiro, este estudo, numa abordagem introdutória, pode contribuir positivamente para evolução e desenvolvimento do direito ambiental urbano, do ensino e da formação de um profissional no domínio de suas atividades, agregando valor aos serviços prestados a comunidade.

OBJETIVO

Avaliar como o município de Caxias do Sul situado na serra do Rio Grande do Sul, está se adequando a Lei n. 12.305 de 02/08/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

METODOLOGIA

Quanto às técnicas de coleta de dados são utilizadas as seguintes: pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa legislativa e normativa.

Para alcançar o objetivo deste trabalho os métodos são dedutivos e dialéticos e foram analisados os efeitos normativos, administrativos e políticos decorrentes da Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A pesquisa qualitativa e seus métodos de coleta e análise de dados são apropriados para uma fase exploratória da pesquisa.

Entretanto, a estratégia de pesquisa documental foi muito utilizada nos estudos referentes à legislação no que tange à Resíduos Sólidos e sua relação com os aspectos dos riscos ambientais, pois havia facilidade de acesso a vários documentos da Câmara Legislativa e da Prefeitura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se resumir o seguinte marco legal específico acerca dos resíduos sólidos no Município de Caxias do Sul:

Quadro 1: Instrumentos legais municipais de Caxias do Sul.

Ano	Marco Legal	Matéria
1974	Lei 2.192	Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir uma Sociedade de Economia mista e dá outras providências.
1990	Lei 3.600	Regulamenta o transporte e o armazenamento de produtos perigosos à saúde humana e ao meio ambiente - cargas tóxicas.
1991	Lei 3.652	Dispõe sobre a separação de lixo nos órgãos públicos do Município.
1992	Lei 3.955	Aprova a assinatura de Convênio que celebram entre si o Município de Caxias do Sul e a Fundação Ambiental-Sul, tratando dos resíduos industriais, domiciliares e hospitalares do Município.
2001	Lei 5.674	Institui o Programa de Saneamento das Embalagens de Agrotóxicos no Município de Caxias do Sul.
2001	LC 162	Disciplina a atividade de produção, transporte e descarga de concreto e argamassa em obras de construção civil no Município de Caxias do Sul.
2002	Lei 5.873	Disciplina o descarte e o gerenciamento adequado de pilhas, baterias e lâmpadas usadas no Município de Caxias do Sul.
2003	Lei 5.995	Cria a marca “eco-embalagem” no Município de Caxias do Sul.
2003	LC 208	Autoriza o Poder Executivo a efetuar concessão, mediante concorrência, de serviços de gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município.
2005	LC 246	. Estabelece conceitos e funções da Zona das Águas (ZA) - bacias de captação e acumulação de água para o abastecimento do Município de Caxias do Sul, e disciplina o uso e parcelamento do solo para estes espaços.
2005	Lei 6.359	. Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para o Município de Caxias do Sul, em conformidade com as Resoluções CONAMA n.307/2002 e 348/2004, e as Normas Brasileiras correlatas, estabelecidas pela ABNT, na forma que especifica.

2007	Decreto Municipal 13.179	Instituiu o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.
2009	Lei 7.046	Cria a Central de Comercialização de Material Seletivo.
2010	Lei 12.305	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
2010	LC 376	Consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente.
2013	Decreto Municipal 16.401	Cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos.
2014	Lei 14.528	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

No Quadro 1 observa-se em destaque a Lei 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos; e a Lei 14.528/2014 que Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências; dos quais é possível perceber que todas as leis municipais relacionados resíduos sólidos foram aprovados antes da Lei Estadual e que a maioria delas também foi aprovado antes da Lei Federal.

No município de Caxias do Sul, foram aprovadas a Lei Complementar 376/2010 que consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente; e o Decreto Municipal 16.401/2013 que cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos. Entretanto, somente a última tem relação direta com a Lei 12.305/2010 de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Na administração direta foi criada a Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, ou seja, de modo geral, não foi criado nenhum setor ou aumentado o efetivo de servidores em virtude da nova lei federal.

Ocorre que, praticamente todo tratamento de resíduo sólido gerado no município de Caxias do Sul é executado pela CODECA (Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul) sob fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, instituída pela Lei Municipal 2.192, de 1974 e que foi a primeira norma legal municipal, apesar de antecessora, tem relação com a Lei N. 12.305/2010 de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Caxias do Sul. Consta na alínea “b” do art.1º, “incumbir-se da execução direta e indireta de obras e serviços públicos de caráter econômico”, dentro os vários serviços, consta a simples coleta de resíduos domésticos. Abaixo é demonstrado pela CODECA a projeção de geração de resíduos sólidos pelo Município de Caxias do Sul:

Pelos dados da CODECA, que há projeção de aumento da população em 2027 com relação ao 2014 terá um incremento de 30%, e quantidade diária terá um incremento de 40% (PMGIRS, 2014, p.91), por isso dá importância das políticas sociais com relação ao meio ambiente no município.

Diante disso, em 2014, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos passava por uma consulta pública, para que a sociedade caxiense conheça o produto das discussões técnicas, só então será levada à Câmara Municipal de Vereadores. A consulta

pública pode ser um instrumento capaz de conferir efetividade e legitimidade na tutela ambiental das ações com prazos de 2015 até 2035 (PMGIRS, 2014, p.270).

Em suma, somente o Decreto Municipal n. 16.401/2013 que cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, foi criado depois da aprovação da Lei Federal n. 12.305/2010. Evidencia-se que a lei federal consolida grande parte das possibilidades jurídicas do município ou não houve tempo hábil para o município se adaptar à nova lei em termos legais.

É notório que a Política Nacional de Resíduos Sólidos é um instrumento de política pública que está contribuindo para eficácia na tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado, talvez se não houvesse a lei federal nem haveria políticas públicas de tratamento dos resíduos sólidos no município com mesma intensidade que vem ocorrendo em Caxias do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização do direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado foi constitucionalizada na legislação brasileira originária no artigo 225, que impôs de maneira compartilhada ao Poder Público e a coletividade o dever de tutelar esse bem jurídico ambiental.

A pesquisa acadêmica em 2014 buscou analisar a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem sido um instrumento de efetivação destas políticas públicas ambientais, por exemplo, a aprovação da Lei n. 14.528/2014, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Sul e criação Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Caxias do Sul com o Decreto Municipal n. 16.401/2013.

Há expectativa por parte do pesquisador que, quando implementadas as ações do Plano Municipal entre 2015 e 2035 (PMGIRS, 2014, p.270), haverá redução dos riscos ambientais, e em contrapartida, também poderá ter a redução de processos administrativos ou de ações na justiça para reparação ou indenização em virtude de eventuais danos ambientais.

Como resultados deste estudo realizado 2014, espera-se contribuir com futuras pesquisas científicas para a academia e gestão governamental em geral, sob os efeitos políticos decorrentes da Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10 out. 2013.

_____. Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> Acesso em 10 out. 2013.

_____. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> Acesso em 10 out. 2013.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm> Acesso em 10 out. 2013.

_____. Decreto n. 88.821, de 6 de outubro de 1983. Aprova o Regulamento para a execução do serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências. Brasília, 1983. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D88821.htm> Acesso em 11 set. 2014.

DECLARAÇÃO DO RIO sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/CONAMA/legislacao/CONAMA_RES_CONS_2005_358.pdf>. Acesso em 22 jul. 2013.

_____. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em 19 set. 2014.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE CAXIAS DO SUL (PMGIRS). Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Caxias do Sul, Adivandro Rech, Letícia Gonçalves Dias Lima, Vanise Sebben. Caxias do Sul, RS: SEMMA, 2014. Disponível em:< http://www.caxias.rs.gov.br/meio_ambiente/plano_pmgirs/PMGIRS.html>. Acesso em 19 set.2014.

POLÍTICA E PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL: EXPERIÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES. Brasil. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/Politica_Municipal_Saneamento.pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. Perfil Socioeconômico. Disponível em: < http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf > Acesso em 10

abr. 2014.

_____. Lei nº 2.192, de 29 de outubro de 1974. Autoriza o Poder Executivo Municipal a constituir uma Sociedade de Economia mista e dá outras providências. Caxias do Sul, 1974. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=3786&from=resultados>> Acesso em 10 set. 2014.

_____. Lei nº 3.600, de 13 de dezembro de 1990. Regulamenta o transporte e o armazenamento de produtos perigosos à saúde humana e ao meio ambiente - cargas tóxicas. Caxias do Sul, 1990. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03600.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

_____. Lei n. 3.652, de 14 de maio de 1991. Dispõe sobre a separação de lixo nos órgãos públicos do Município. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03652.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 3.955, de 18 de dezembro de 1992. Aprova a assinatura de Convênio que celebram entre si o Município de Caxias do Sul e a Fundação Ambiental-Sul, tratando dos resíduos industriais, domiciliares e hospitalares do Município. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-03955.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 5.674, de 18 de julho de 2001. Institui o Programa de Saneamento das Embalagens de Agrotóxicos no Município de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-05674.pdf>> Acesso em 11 set. 2014.

_____. Lei Complementar n. 162, de 19 de dezembro de 2001. Disciplina a atividade de produção, transporte e descarga de concreto e argamassa em obras de construção civil no Município de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/somenteTexto.jsf?RenderOutputType=pdf>> Acesso em 11 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 5.873, de 16 de julho de 2002. Disciplina o descarte e o gerenciamento adequado de pilhas, baterias e lâmpadas usadas no Município de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-05873.pdf>> Acesso em 12 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 5.995, de 22 de abril de 2003. Cria a marca “eco-embalagem” no Município de Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-05995.pdf>> Acesso em 13 set. 2014.

_____. Lei Complementar n. 208, de 07 de outubro de 2003. Autoriza o Poder Executivo a efetuar concessão, mediante concorrência, de serviços de gerenciamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/somenteTexto.jsf?RenderOutputType=pdf>> Acesso em 13 set. 2014.

_____. Lei Complementar n. 246, de 06 de dezembro de 2005. Estabelece conceitos e funções da Zona das Águas (ZA) - bacias de captação e acumulação de água para o

abastecimento do Município de Caxias do Sul, e disciplina o uso e parcelamento do solo para estes espaços. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/somenteTexto.jsf?RenderOutputType=pdf>> Acesso em 13 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 6.359, de 04 de abril de 2005. Institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para o Município de Caxias do Sul, em conformidade com as Resoluções CONAMA n.307/2002 e 348/2004, e as Normas Brasileiras correlatas, estabelecidas pela ABNT, na forma que especifica. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-06359.pdf>> Acesso em 14 set. 2014.

_____. Decreto Municipal n. 13.179, de 16 de abril de 2007. Instituiu o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/jornal/jornal_111.pdf> Acesso em 14 set. 2014.

_____. Decreto Municipal n. 13.889, de 08 de agosto de 2008. Cria o Comitê Municipal Gestor da Cadeia Produtiva da Reciclagem (CPR). Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/jornal/jornal_126.pdf> Acesso em 14 set. 2014.

_____. Lei Ordinária n. 7.046, de 03 de dezembro de 2009. Cria a Central de Comercialização de Material Seletivo. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LO/LO-07046.pdf>> Acesso em 14 set. 2014.

_____. Lei Complementar n. 376, de 22 de dezembro de 2010. Consolida a legislação relativa à Política Municipal do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/somenteTexto.jsf?RenderOutputType=pdf>> Acesso em 15 set. 2014.

_____. Decreto Municipal n. 16.401, de 4 de abril de 2013. Cria Comissão Especial para Elaboração e Implantação da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/jornal/jornal_126.pdf> Acesso em 14 set. 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). Lei n. 14.528, de 16 de abril de 2014. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.528.pdf> Acesso em 22 set. 2014.